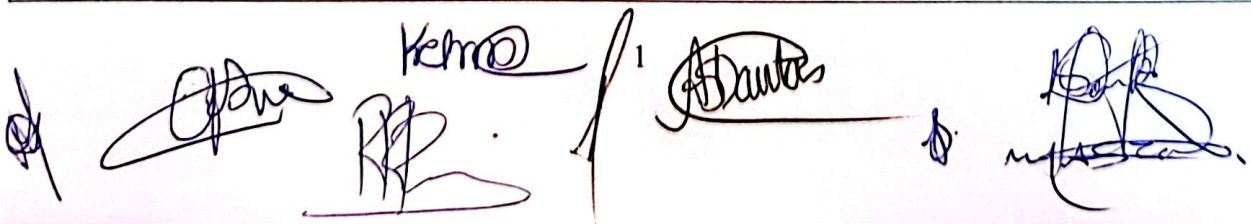


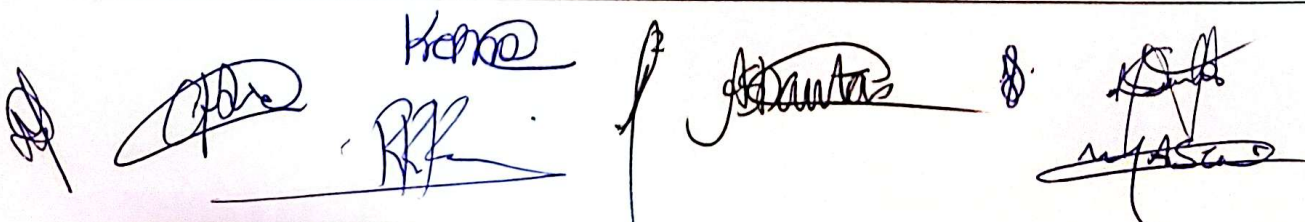
**ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E
CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – CACS - FUNDEB.**

01	Aos doze dias do mês de junho de dois mil e vinte três, com primeira chamada às 9 horas e
02	segunda chamada às 9 horas e 30 minutos, realizou-se no Centro Cultural Gilson Prado,
03	localizado na Sede Municipal, a oitava Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de
04	Acompanhamento e Controle do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação
05	Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – CACS FUNDEB, estruturada pela Lei
06	municipal nº 1.473, de 26 de março de 2021, sob a coordenação da Presidente Luciana dos
07	Santos. Aberta a sessão, a Presidente deu boas vindas a todos os presentes, a saber:
08	Representantes da Secretaria Municipal de Educação – Cleidenilson Pequeno dos Santos e
09	Kelma da Costa e Silva Reinaldo; Representante dos Diretores das Escolas Municipais –
10	Denize Santos de Moraes; Suplente de Servidores Técnico - administrativos das Escolas
11	Básicas Públicas – Maria Aparecida Souza de Cristo; Representante de Pais de Alunos da
12	Educação Básica Pública - Rosângela Rosa Reis; Representante dos Professores da Educação
13	Básica Pública – Adenilde de Souza Dantas; Suplente do Conselho Tutelar – Anselmo Douglas
14	Menezes dos Santos e a Secretária - Iris Virgínia Oliveira Santos. A sra. Rosemeire Dias Dória
15	não compareceu, pois foi fazer exame médico. A presidenta fez a leitura da pauta: 1 - Análise
16	e parecer sobre execução do Pnate 2022; 2 - Análise e parecer sobre o Peja e 3 - O que
17	ocorrer. Dando prosseguimento, a conselheira Adenilde iniciar o seu relato, agora
18	formalmente, pois a mesma já havia citado algumas observações em relação a prestação de
19	contas disponibilizada para análise. Nesse instante, a sra. Adenilde afirmou ter sentido
20	dificuldades em analisar os dados apresentados, pois percebeu que os documentos
21	apresentavam incoerências nas datas, citando como exemplo a Nota de Empenho que em
22	janeiro, a liquidação é em fevereiro, mas o pagamento é realizado em julho/2022. Não
23	deixando claro quando efetivamente a conta foi executada. Destacou ainda, que a nota só é



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE –
FUNDEB

24 a secretaria se organizar. Salientou ainda que o abastecimento dos transportes devem ser
25 pagos com os recursos do MDE (Manutenção e Desenvolvimento de Ensino). No caso do
26 Pnate (Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar), é uma complementação já
27 que o recurso é pouco e não supri a rede de Nossa Senhora do Socorro. Ainda com a palavra,
28 a conselheira Adenilde salientou que ao executar a análise dos processos, visualizou o nome
29 Programa Nacional de Transportes, e em alguns casos há logo abaixo escrito MDE e ao
30 continuar a leitura se depara com a menção de que o recurso é do FUNDEB (Fundo de
31 Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da
32 Educação). A conselheira gostaria de um esclarecimento, pois como se trata de recursos do
33 Pnate. Nesse interím, o sr. Cleidenilson justificou que há um equívoco, e o mesmo pode ter
34 acontecido devido a um erro de digitação podendo fazer a retificação do empenho. A sra.
35 Adenilde entendeu a justificativa, mas ressalta que o documento tratado é uma prestação
36 de contas, portanto precisa estar em ordem, esclarecendo ainda que não está tecendo
37 dúvidas quanto a regularidade das contas, mas que ao realizar a fiscalização, assume a
38 responsabilidade de representar uma entidade grandiosa, cabendo levantar
39 questionamentos pertinentes, a fim de serem esclarecidos e corrigidos. Com o uso da
40 palavra, a sra. Denize concordou com a colocação da conselheira Adenilde, destacando que
41 as contas devem ser apresentadas de forma evidente e de acordo com as regras impostas
42 para utilização de quaisquer recursos que seja disponibilizado. Realçou ainda a importância
43 de buscar ajuda junto aos técnicos da Secretaria de Educação para orientá-la quando surgir
44 dúvidas de qualquer natureza, frisando a importância e funcionalidade dos plantões. Com a
45 palavra, a sra. Adenilde endossou a relevância dos plantões, onde a secretaria disponibiliza
46 técnicos habilitados para prestarem esclarecimentos aos conselheiros que desejarem ir
47 in loco para sanar as suas dúvidas, e manifestou a necessidade de realizar reuniões
48 extraordinárias dos conselheiros do Fundeb para haver uma avaliação dos documentos, pois
49 há dados desconhecidos. O conselheiro Cleidenilson Santos endossou as colocações da
conselheira Adenilde sobre a divergência dos empenhos e contratos, e ainda enfatizou que,
o próprio sistema já disponibiliza três possibilidades: aprovada, aprovada com ressalva ou
reprovada. Ressaltou também que o programa permite a utilização da verba para os
combustíveis: diesel e gasolina. Com a palavra a sra. Adenilde esclareceu que no empenho

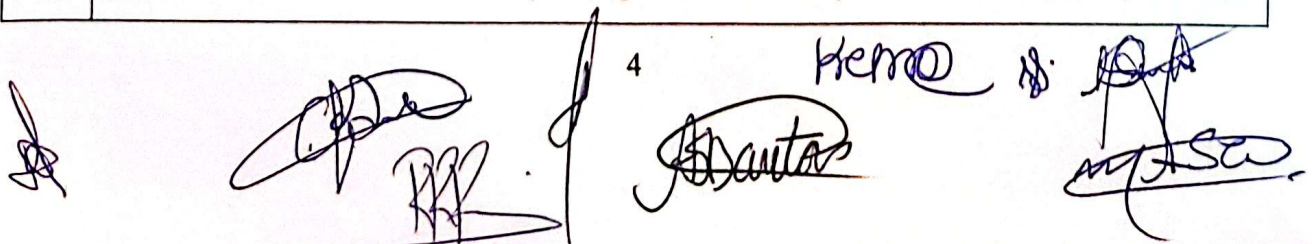


CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE –
FUNDEB

50 pode estar mencionado tais combustíveis, porém é importante verificar o que está sendo
51 tratado na liquidação, uma vez que, esse é o momento de verificar se o serviço foi prestado
52 a contento. Na ocasião, a presidenta esclareceu aos presentes que as análises correspondem
53 a gestão anterior e todos os conselheiros da ocasião a realizavam bimestralmente. Com o
54 uso da palavra, a conselheira Kelma ressaltou não haver irregularidades, pois trata-se de um
55 contrato para atender as demandas cabíveis do município. Esclareceu que a secretária de
56 educação tem a sua conta específica do recurso e o ajuste que precisar realizar diz respeito
57 a uma formalização, onde tem poderes para decidir se as contas devem ser separadas do
58 contrato da educação. Na ocasião, a sra. Luciana salientou a importância da fala da
59 conselheira Adenilde, confirmando a necessidade de manter-se segura sobre a
60 responsabilidade de assumir uma pasta de suma importância, solicitando assim que as
61 contas sejam apresentadas separadamente. A conselheira Kelma salientou que se trata de
62 uma previsão contratual, e que é apenas um amparo, não visualizando irregularidades em
63 tais situações, pois o contrato respalda uma relação contratual do município com uma
64 determinada empresa. Afirmou que devesse levar em consideração realmente é a
65 destinação desses recursos para a conta específica, onde o recurso do Pnate deve ser
66 encaminhado a uma conta específica para essa oferta, levando em consideração a relação
67 contratual apresentada. Frisou ainda, que a competência dos conselheiros está em analisar
68 as práticas realizadas pela secretária, atentando-se ao que é legítimo; afirm de não se
69 configurar errada. Solicitou ainda que os conselheiros tivessem o devido cuidado ao proferir
70 a sua opinião sobre os recursos disponibilizados, pois o processo estava pronto e
71 ~~apresentado com a nota de empenho, nota de liquidação, extrato de pagamento bancário,~~
72 conta do próprio órgão, tudo com muita clareza. Dando continuidade, a presidenta
73 questionou aos presentes se ainda havia alguma dúvida ou citação a ser acrescentada, pois
74 naquele momento daria como encerrada as questões relacionadas às contas do Pnate. Na
75 ocasião, o sr. Cleidenilson concordou com as falas das conselheiras Kelma e Adenilde sobre
as correções, porém mencionou que não há irregularidades, necessitando apenas mais
transparências para que a análise seja mais precisa, porém não detecta impedimentos para
aprovar as contas. Em tempo, a presidenta Luciana informou aos conselheiros presentes
sobre a função do Pnate, reforçou a inevitabilidade das próximas contas serem apresentadas

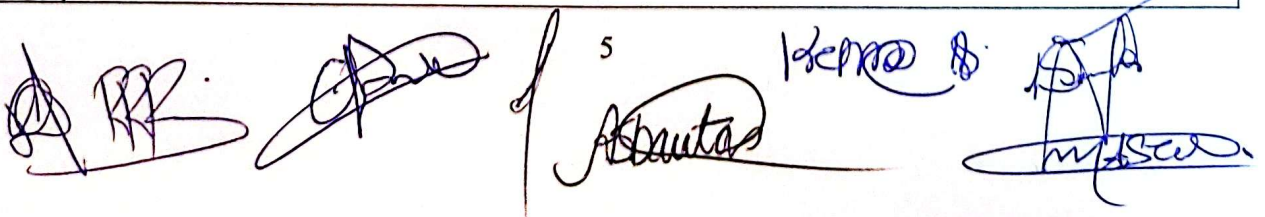
CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE –
FUNDEB

76 com mais transparência, assim como a nova gestão tem apresentado, ressaltando que
77 comprova a regularidade das mesmas. Ainda com a palavra, reforçou a autonomia dos
78 membros para votar, da forma que aprovar: aprovar, aprovar com ressalva ou reprovar,
79 deixando claro que caso a prestação de contas seja reprovada, o município deixa de receber
80 o recurso, emperrando assim a mobilização de vários estudantes da rede. Nesse momento,
81 a conselheira Adenilde apontou que os conselheiros precisam ir in loco com as prestações
82 de contas em mãos verificar os ônibus e carros que transportam os estudantes, averiguando
83 o cinto de segurança, a quilometragem, o itinerário, identificando quais os dias que os
84 transportes foram usados para o alunado, saber se os mesmos estão em condições, se a
85 manutenção está em dia. Enfatizando sobre a necessidade dos conselheiros se reunirem
86 para ler e estudar a nova resolução 351, do Tribunal de Contas. Na ocasião, a presidenta
87 solicitou a vice-presidenta Denize se responsabilizar na organização de um cronograma de
88 plantões e reuniões de estudos. Imediatamente a sra. Denize se prontificou a produzi-lo. Ato
89 contínuo, a presidenta solicitou aos presentes para realizar a votação: aprovaram as contas
90 os conselheiros (as): Kelma Reinaldo, Luciana Santos, Cleidenilson Santos, e Anselmo Douglas
91 Santos; os conselheiros (as) que aprovaram com ressalvas pelas razões citadas: Denize de
92 Moraes e Maria Aparecida Cristo; as conselheiras que se abstiveram pelas razões
93 supramencionadas: Adenilde de Souza Dantas e Rosângela Reis. Nesse contexto, a
94 presidenta solicitou ao conselheiro Cleidenilson que explicasse o que se concerne ao
95 Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), o que é o programa, por que os recursos
96 não foram utilizados e qual a função do referido programa. Na oportunidade, o sr.
97 Cleidenilson explicou que é um programa que custeia as novas matrículas dos estudantes
98 jovens e adultos, porém o valor não pôde ser utilizado devido a divergência de
99 esclarecimentos da nova coordenação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
100 (FNDE) quanto a utilização do mesmo. Não há esclarecimento se o objetivo é para as novas
101 matrículas, conforme afirma a resolução anterior, ou com as novas turmas de acordo com
a afirmação da nova coordenação, motivo que o levará a provocar mais uma vez o FNDE,
relatando a necessidade da resolução ser detalhada, para receber as orientações
pertinentes. Na oportunidade, a conselheira Adenilde perguntou porque sobrou
R\$37.000,00 do Pnate, uma vez que há gastos com transportes e tinha como utilizar esse



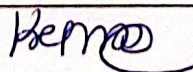
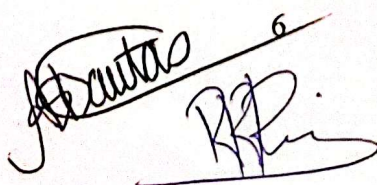
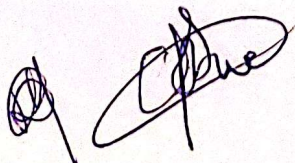
CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE –
FUNDEB

102 valor. Em resposta, o sr. Cleidenilson declarou que o fato requer uma análise minuciosa.
103 Dando prosseguimento, falou sobre a importância do programa E.I. Manutenção a Novos
104 Estabelecimentos, programa que oferta recursos para manutenção durante o primeiro ano
105 de implantação de creches. Em 2022 o recurso não foi utilizado, sendo reprogramado com
106 planejamento para 2023. Por oportuno, a sra. Denize questionou sobre a ausência de
107 recursos disponibilizados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para a aquisição de livros
108 e materiais diversos, afirmando ainda que os profissionais ficam desmotivados quando
109 precisam realizar aulas diferenciadas para seus estudantes. Além disso a conselheira afirmou
110 ainda que existe recursos para esse fim. A conselheira Adenilde, endossou a fala da
111 conselheira Denize e relatou sobre a falta de materiais nas escolas da rede, afirmando que o
112 município dispõe de recursos do MDE para suprir tais necessidades. Mencionou sobre as
113 despesas de aluguel de almoxarifado que é pago com a verba do FUNDEB irregularmente,
114 pois deve ser pago pelo MDE. Por oportuno, a conselheira Adenilde relatou que no ano de
115 2022 passou cinco meses analisando documentações do ano anterior e testemunhou
116 inúmeras compras de: saco de lixo, pano de prato, item dispensável, pois as cozinhas utilizam
117 papel toalha para substituir os panos de pratos e que a aquisição é de responsabilidade da
118 empresa contratada providenciar. A sua preocupação são as diversas denúncias sobre as
119 escolas que não têm elementos básicos para o funcionamento como água sanitária, pincéis
120 para quadro branco, dentre outros. Descreveu também a situação em que ligou várias vezes
121 para a Secretária da Educação, e dentre as ligações, solicitou a retirada de uma parede e de
122 um esgoto presentes dentro da sala de aula. Em tempo, relatou sobre o intenso calor
123 presente nas salas de aula e corredores de acesso da Escola Municipal João Paulo II, apontou
124 também o investimento pesado feito pela secretaria para confeccionar materiais para os
125 estudantes durante a pandemia, o qual não chegou a tempo e que não tem a certeza se
126 todos os estudantes foram contemplados; porém quando realiza as visitas fica perplexa com
127 as situações encontradas nas escolas, como por exemplo, a E. M. Professora São Pedro
Vasconcelos, que está funcionando na Casa do Conselhos, com salas minúsculas que não
comportam o número de estudantes e ainda é surpreendida com a presença de 02
estagiárias e 1 professora, as quais não têm condições de se movimentar. Ressaltou que a
sua preocupação é a utilização adequada que os recursos devem ser distribuídos e que para



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS
PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE –
FUNDEB

128 tanto, deve ser discutido. Prosseguiu o seu discurso revelando que cabe ao egrégio conselho
129 convidar a Secretária de Educação a fim de explanar uma justificativa para esses problemas
130 abordados e que fazem parte do cotidiano das nossas escolas, na oportunidade poderá
131 explicar também outros assuntos relacionados aos estagiários que ainda se encontram em
132 sala de aula. Nesse momento, a conselheira Kelma justificou que a contínua presença do
133 número de estagiários é para atender as demandas administrativas da Semeed, acompanhar
134 as crianças que utilizam transportes escolares disponibilizados pela rede, salientou também
135 que a Secretaria acata as denúncias e busca investigar para ser esclarecido da melhor forma
136 possível. Com a palavra, a conselheira Adenilde reforçou a sua preocupação quanto a
137 carência de materiais que as escolas vêm vivenciando, ressaltando a necessidade da
138 Secretaria possuir um planejamento estratégico que de fato tenha profissionais para exercer
139 as funções dos profissionais de cuidador, psicólogo e serviço social, porém que o seu papel
140 seja estabelecido com clareza, para desempenharem o seu trabalho com eficácia. Inclusive,
141 destacou a importância de ter formação continuamente para esclarecer as dúvidas dos
142 profissionais. Com a palavra a sra. Denize relatou sobre a dificuldade enfrentada com a
143 ausência de materiais para a manutenção da escola como: geladeira e demais peças. Ato
144 contínuo, a presidenta se prontificou a falar com a Secretária de Educação com brevidade
145 sobre a falta de materiais especificados pelos conselheiros, outrossim conversará também
146 com o responsável pela pasta, o sr. Wagner. Por oportuno, a sra. Kelma comentou sobre a
147 relevância da execução dos Planos de Ação a contento pelos respectivos responsáveis,
148 ressaltou que a falta de gestão nas unidades de ensino gera prejuízos irreparáveis, fato que
149 foi aprovado pelos conselheiros presentes. Nesse contexto, a conselheira Adenilde reiterou
150 a sua fala acrescentando que o problema pode estar no setor responsável pela distribuição
151 desses materiais, pois a mesma tem conhecimento de situações em que os gestores enviam
152 ofícios para a secretaria fazendo solicitações, porém não são atendidos. Em tempo, a
153 conselheira Denize relatou sobre o momento de diálogo com a assistente social e psicóloga
que trabalham na E. M. Diva Maria Corrêa, e que na ocasião esclareceu que a sua função não
caberia atendimento aos professores, nem tampouco realizar seções com alunos;
afirmativas que provocaram estranheza, pois a mesma havia obtido informação em uma
reunião por parte da própria Secretária de Educação a sua preocupação com o



CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE – FUNDEB

154 socioemocional dos professores, funcionários e alunos. Por fim, a conselheira não
155 compreende como trabalhar o socioemocional sem dialogar com as partes envolvidas.
156 Quando na ocasião o profissional afirmou ser Institucional e não clínica, o que causou
157 dúvidas sobre qual a função deles. Acrescentou ainda, a carência de profissionais que
158 atendam os estudantes com deficiência e que necessitam de acompanhamento dos
159 profissionais de apoio, pois o quantitativo que foi lotado para a unidade de ensino que ela
160 dirige não é suficiente, enfatizando que carecem de profissionais do sexo masculino para
161 realizar a movimentação dos estudantes cadeirantes, e como também técnico para auxiliar
162 a utilizar o diário eletrônico. Nesse ínterim, a presidenta sugeriu que os professores fizessem
163 uso dos tablets que constam da maleta digital. Dando prosseguimento, sugeriu que
164 decidissem sobre a análise e parecer do Peja. Com a palavra, a sra. Adenilde afirmou que
165 seria desnecessário fazer votação do Peja, pois o programa será apenas reprogramado.
166 Todos os presentes concordaram, e o conselheiro Cleidenilson informou que o valor a ser
167 reprogramado do Peja será R\$ 243.181,46 e o valor da E. I. Manutenção da Educação Infantil
168 - Complementar é de R\$ 2.011.430,33, fato ocorrido por não ter sido utilizado na totalidade.
169 A sra. Luciana afirmou que realizará a produção do parecer para colocar no sistema do SIGE
170 COM e que em tão breve colherá as assinaturas dos conselheiros. Concluindo às 12 horas, a
171 presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e deu por encerrada a sessão, cuja
172 ata eu, Iris Virgínia Oliveira Santos, lavrei e deverá ser assinada pela presidente da sessão e
173 por todos os conselheiros presentes. Nossa Senhora do Socorro, 12 de junho de 2023.

171 Secretária: Iris Virgínia Oliveira Santos

172 Presidente: Luciana dos Santos

173 Conselheiros(as):

174 Helma da Costa e Silva Reinaldo

175 Adenilde de Souza Santos

176 Denise Santos de Morais

177 Cleidenilson Pequeno dos Santos

178 Rosângela Rosa

179 Luciana dos Santos

Mylena Augusta Souza de Tal.